

# PMs terão seguro de R\$ 50 mil

**PROPOSTA DE RORIZ BENEFICIA FAMÍLIA DOS POLICIAIS MORTOS EM AÇÃO E OS QUE FICARAM INVÁLIDOS**

**JOÃO PITELLA JUNIOR**

O governador Joaquim Roriz enviou à Câmara Legislativa mensagem criando dois novos benefícios para os policiais militares e bombeiros: o auxílio-óbito e o auxílio-invalidez, que têm, cada um, o valor de R\$ 50 mil. Em caso de morte do militar em serviço, essa gratificação será recebida em processo sumário, no máximo em 48 horas, pela esposa, companheira, dependentes

ou herdeiros. Já o auxílio-invalidez será pago mediante o exame de uma junta médica oficial, para comprovar que a lesão foi adquirida durante o serviço e que impede a realização do trabalho do PM ou do bombeiro. E o pagamento vai ser feito em uma única parcela, integralmente. A proposta chegou ontem à Câmara e deve ser votada logo depois do carnaval.

Assim que a Câmara aprovar o projeto, o governo terá mais 90 dias para regulamentá-lo. No entanto, o benefício será retroativo ao dia 1º de outubro de 2000. Ou seja, as famílias dos policiais e bombeiros que morreram ou ficaram inválidos a partir daquela data também terão o direito de receber o dinheiro.

Segundo ressaltou Roriz no texto enviado aos deputa-

dos distritais, o objetivo do auxílio-óbito e do auxílio-invalidez é valorizar as carreiras dos policiais militares e bombeiros, "que prestam serviços de altíssima relevância à população do Distrito Federal, muitas vezes colocando as próprias vidas em risco para garantir o bem-estar da comunidade". A expectativa é de que a proposta seja aprovada por unanimidade na Câmara.

"O auxílio vem atender a uma antiga e justa reivindicação dessas duas carreiras", disse o governador. "Ele evitará que o cônjuge, o companheiro ou os dependentes fiquem desamparados materialmente quando houver uma fatalidade com o provedor da família", completou.

Roriz acentuou que os recursos para o pagamento dos

## DIRETO DO PLENÁRIO

► Jader Barbalho (PA), presidente do PMDB e do Senado, poderá ganhar o título de cidadão-honorário de Brasília. A proposta é de Sílvio Linhares (PMDB) e ainda terá que ser votada em plenário. No ano passado, os distritais se recusaram a dar essa homenagem ao senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que é o maior adversário político de Jader Barbalho.

► Foi instalada oficialmente a nova Comissão de Educação, Saúde e Segurança, presidida pelo distrital Rodrigo Rollemberg (PSB). A Comissão aprovou a proposta de Rollemberg de organizar, neste semestre, um seminário sobre a violência nas boates. Esse assunto foi tema de uma série de reportagens do **Jornal de Brasília**.

► Na noite de ontem, o presidente da Câmara, Gim Argello (PMDB), fez uma sessão especial no Teatro Nacional Cláudio Santoro para comemorar a promulgação da lei, de sua autoria, que obriga todos os edifícios públicos a terem obras de artistas de Brasília.

► Em sessão solene na noite de terça-feira, o empresário Mounir Naoum, dono do Hotel Naoum, recebeu o título de cidadão-honorário de Brasília. A iniciativa foi do deputado Nijed Zakhour (PMDB), que também é empresário do setor hoteleiro.

► O deputado Chico Floresta (PT) sugeriu que haja punições para os deputados faltosos, como o desconto proporcional, no salário, dos dias de ausência. Proposta semelhante já havia sido feita por Alirio Neto (PPS).

► Passa a ser permitido o transporte de

passageiros em barcos no Lago Paranoá, por iniciativa da deputada Maria José Maninha (PT) aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A proposta ainda está sendo discutida em plenário.

► Os lotes comerciais do Setor de Indústrias Gráficas do Núcleo Bandeirante, que hoje têm no máximo três andares, poderão ganhar um pavimento a mais. A proposta foi de Jorge Cauhy (PMDB) e passou pela CCJ.

► Em Águas Claras, o lote 01 do conjunto 230 da QS 10 foi transformado em área para culto, por sugestão do deputado Adão Xavier (PSD) já aprovada pela CCJ. Este e os outros projetos que passaram pela CCJ ainda precisam ser votados em plenário.

benefícios virão do orçamento do governo do Distrito Federal, apesar de a área de segurança pública ser mantida

com recursos da União. Segundo fontes do Palácio do Buriti, o fato de o GDF usar o seu próprio dinheiro para

bancar esses auxílios é uma prova da consideração especial que Roriz tem pelos policiais e bombeiros.